A MULHER NEGRA E A AFIRMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA.

SILVA, Beatriz Gonçalves da1

NASCIMENTO, Maria Beatriz Souza2

RESUMO

É fundamental explicitar as diferenças ainda existentes entre negros e brancos e principalmente entre as mulheres negras. O racismo ainda predomina em nossa sociedade sendo elemento estruturante que mantem as violências sexuais e trabalhistas constituídas historicamente contra a população negra. A mulher negra traz em suas raízes a exploração trabalhista escravista e sexual imposta pelo homem branco senhor de engenho. Hoje essas mulheres ainda são tratadas de forma mercantilizadas pela sociedade capitalista em que vivemos, reconstruindo o ideal escravista, cabe à mulher negra os papeis secundários e subalternos da sociedade, sendo vista como mercadoria barata pelo homem branco. Em meio a esse contexto a mulher negra acaba por perder sua identidade, não mais se vendo como negra, buscando se parecer com o branco para alcançar visibilidade na sociedade. O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão acerca da afirmação da identidade da mulher negra e o combate ao branqueamento dessas mulheres por nossa sociedade. Utilizamos como procedimento metodológico revisão bibliográfica acerca do feminismo negro através da autora Barreto (2005), de revista eletrônica com texto de Carneiro (1995) e bem como texto de sites feministas de Lobo e Silva (2015). Assinalando para a compreensão de que o branqueamento da mulher negra pregado pela nossa sociedade deve ser combatida através da consciência étnica, para que a alienação racial seja quebrada dando lugar a genuína liberdade da mulher negra.

PALAVRAS-CHAVES: MULHER NEGRA; IDENTIDADE; BRANQUEAMENTO.

Na vida em sociedade encontramos fatores nos quais desfavorecem uma vida de bem-

estar nos aspectos sociais, políticos, econômico, culturais e educacionais. Aspectos estes que

desencadeiam inúmeras deficiências tornando nossa sociedade desigual. As desigualdades são

inúmeras como as sexistas (entre homens e mulheres), questão de raça e etnia, questão de

gênero e a desigualdade de classes sociais. Dentre estas destacamos a figura da mulher, em

especial, a mulher negra que caminha a passos mais lentos na empreitada geral, tanto no

acesso à educação quanto a outros direitos básicos, como saúde e trabalho.

A população negra é históricamente taxada/vista como subalterna, a trajetória de

grande parte das mulheres negras está estritamente aliado ao ideal do trabalho doméstico.

1. Universidade Potiguar; [beatrizchevard@hotmail.com.](mailto:beatrizchevard@hotmail.com) Universidade Potiguar; [beatriz.souza\_@hotmail.com.](mailto:beatriz.souza_@hotmail.com)

Desde os tempos da escravidão o que imperava a essas mulheres era a servidão ao branco por serem vistas como propriedade deles, se constituindo como uma escrava domestica e ao mesmo tempo como objeto de exploração sexual.

Hoje o quadro vivido por essas mulheres não são tão diferentes do período colonial, pois segundo Lobo e Silva (2015) o que ocorreu no Brasil foi uma falsa abolição da escravatura negra, pois desde então os negros e negras vivem a margem da sociedade lutando por sua verdadeira liberdade.

Há uma permanência das atribuições dadas às mulheres negras na casa grande, onde as tarefas são similares como, merendeiras, domesticas, cozinheiras, garis, serventes, dentre varias outras profissões designadas pela sociedade como inferiores.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (GONZÁLES, 1979, p. 19).

É importante ressaltar que as alocações das mulheres negras no mercado de trabalho em posições mais subalternas não são uma escolha delas próprias, como a sociedade prega. Pelo contrario, a causa das desigualdades a existência da precarização do trabalho, e exploração trabalhista advêm do capitalismo, mais precisamente o capitalismo neoliberal vivido hoje por nossa sociedade, que faz retroceder com os direitos e avanços já conquistados pela classe trabalhadora. As mulheres negras ficaram praticamente sem lugar na sociedade trabalhista e como “[...] prestadoras de serviços, não possuem as qualificações que o mercado exigi: a chamada “boa aparência” – um quesito racista [...]” (BARRETO, 2015, p. 43) que traz como resultado a naturalização da exploração da mulher negra na nossa sociedade.

O trabalho realizado pela mulher negra se torna mais explorado e abusivo, pois em sua maioria é feito sem garantias dos direitos trabalhistas por serem informais e/ou terceirizados.

A busca pela identidade da mulher negra, aflora-se através do movimento negro que surge mediante retomada de alguns movimentos sociais e inicio de vários outros movimentos no fim da ditadura e inicio do Estado de Direito. Ou seja, há uma luta histórica do movimento negro pela garantia de direitos civis, políticos, e humanos dessa população, e apesar dos retrocessos, as mulheres negras vem conquistando crescente empoderamento mediante as politicas publicas.

Sendo importante ressaltar que foi por meio das lutas que hoje o racismo é prescrito como “crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei”2, na Constituição de 1988. Um avanço em meio ao preconceito.

A ideia de se tornar negra, ou seja, a busca pela afirmação da identidade da mulher negra é o ponto chave desse trabalho, por se mostrar como um desafio enfrentado na tomada de consciência dessa mulher em relação a si mesma.

O que se observa é o branqueamento da mulher negra, a alienação racial que faz com elas não se identifiquem como negras, mas busquem se parecer como as brancas, no modo de se vestir, de se portar, de falar, de cortar o cabelo etc. isso nada mais é do que a rejeição de sua condição de negra a criação do processo de implementação do racismo dentro da própria etnia, ou seja, o preconceito consigo mesmo.

É somente através da consciência que a mulher negra vai se sobrepor ao racismo contra ela mesma, com a formulação de sua própria identidade, porem esse não é um processo fácil, polo contrario exige conhecimento, critica, e principalmente luta. Quando a mulher negra toma consciência de si, do que ela é e de onde ela veio, quando ela desperta para a sua consciência racial, esta começa a desconstruir certos valores e preconceitos instituídos historicamente pela sociedade, pois como bem sabemos o individuo não nasce com o preconceito já determinado, pelo contrario, a sociedade é quem predetermina os preconceitos.

Carneiro (1997, p. 547) vai dizer que “a construção da identidade é um processo que se da tanto pela aproximação com o outro [...] como pelo afastamento do outro [...]”, ou seja, para que haja um despertar é necessário que a mulher negra se aproxime daqueles a quem ela se deseja assemelhar-se (as outras mulheres negras) e se afastar das que são diferentes (as mulheres brancas), este é o primeiro passo para vencer o branquemanto, a alienação da supremacia do branco sobre o negro.

É somente através da consciência negra, da afirmação de sua identidade como mulher negra que se vê possível a quebra das amarras da alienação racial, do branqueamento internalizado pela nossa sociedade capitalista-patriarcal. Tomar consciência da sua negritude é ganhar conhecimento da sua posição perante a sociedade, é amar a si mesma seu corpo, sua estética, sua cultura e principalmente suas tradições. A verdadeira liberdade só surge com o conhecimento, com o despertar para a consciência.

2 A Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Em seu capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, artigo 5°, inciso XVLII, declara o racismo crime inafiançável e imprescritível.

**REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

BARRETO, Raquel de Andrade **“Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça”:** narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto ; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In: **Revista Estudos Feministas**. v.3 n.2 , Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LOBO, Anaíra; SILVA, Gabriela Silva. Mulheres negras e a luta pelo poder. **Blog da** **Marcha Mundial das Mulheres**, 2015. Disponivel em:[https://marchamulheres.wordpress.com/2015/05/15/mulheres-negras-e-a-luta-pelo-poder/.](https://marchamulheres.wordpress.com/2015/05/15/mulheres-negras-e-a-luta-pelo-poder/)

Acesso em: 14 de set. 2015.